

CAPÍTULO 1:

As dimensões do trabalho profissional da(o) Assistente Social: conhecimento crítico, compromisso ético-político e competência técnico-operacional

Geis de Oliveira Benevides
Maria José de Oliveira Lima

Introdução

O presente trabalho traz reflexões sobre as dimensões do trabalho da(o) assistente social. As considerações apresentadas compõem os resultados da pesquisa bibliográfica realizada para a construção da tese de doutorado. A etapa da pesquisa da qual faz parte se dedicou ao estudo do “trabalho e cotidiano profissional da(o) assistente social”. E em função da delimitação do objeto, a pesquisa teórica teve como referência a reflexão sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa. Assim, este trabalho tem por objetivo refletir sobre a importância das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa no cotidiano do trabalho profissional, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais da(o) assistente social.

Conforme Santos (2003, p. 24), o termo “dimensão remete às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais”. Trata-se dos princípios e fundamentos que contribuem para a concretização do Serviço Social e, desse modo, formam a base da profissão. Santos (2003, p. 24) ressalta que as dimensões compreendem os “elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção — à finalidade real — âmbito da efetividade da ação”. As dimensões são mediações que substanciam a materialização do trabalho teologicamente construído na forma da intervenção profissional.

As dimensões são extensões que determinam a profissão e específica suas particularidades no processo de trabalho, haja vista que são elementos constitutivos e constituintes do Serviço Social. Resultam da herança cultural e intelectual da profissão, concretizando-se em habilidades, atitudes, capacidades, valores, princípios e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória histórica. Esse conjunto de elementos expressa-se na forma das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, efetivadas a partir da relação teórico-prática.

O Serviço Social consolida-se como uma profissão iminentemente interventiva, atuando diretamente nas relações sociais da sociedade capitalista. Em função dessa natureza, exige-se conhecimento teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais. Conforme Santos (2013, p. 55), dadas as particularidades que circunscrevem a inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, a ação interventiva da(o) assistente social “deve fundar-se nas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”.

Embora concebidas separadamente, as dimensões compõem uma unidade dialética, articulam-se e se complementam, formando uma unidade, porém diferentes, constituem uma unidade dialética. Nessa perspectiva, são indissociáveis compostas pela “unidade no diverso” ou “unidade na diversidade, apesar de se constituírem em uma relação intrínseca, cada qual possui uma especificidade, uma natureza, um âmbito” (Santos, 2013, p. 55).

Como unidades teórico-práticas, são dialeticamente articuladas e vinculadas à realidade dinâmica e contraditória, requisitando fomento contínuo no processo de formação acadêmica e no exercício profissional, realizado nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. No entanto, é preciso compreender as dimensões como eixos fundantes do Serviço Social, que fundamentam o processo de formação e o trabalho profissional.

Atualmente, as requisições historicamente postas à profissão, juntamente com exigências apresentadas pelo agravamento das expressões da questão social, no contexto do capital financeiro e globalizado, requerem da(o) assistente social conhecimento e propriedade sobre os fundamentos constitutivos da profissão. Os desafios conjunturais e estruturais vivenciados nos espaços socioinstitucionais, primam por conhecimento crítico-reflexivo, posicionamento e compromisso ético-político, competências e habilidades técnico-operativas para apreensão, compreensão e intervenção na realidade, que é concreta, contraditória e dinâmica.

A dimensão ético-política: os princípios e valores éticos-políticos do Serviço Social

A dimensão ético-política é reconhecida como um pilar balizador do trabalho profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Funda-se em princípios e valores éticos e políticos cuja racionalidade se orienta por finalidades democráticas e emancipadoras firmadas no Projeto Ético-Político (PEP).

O PEP foi construído coletivamente pela categoria e resulta do amadurecimento do debate teórico-metodológico ao longo do Movimento de Reconceituação. No início da década de 1980, a categoria negou o caráter apolítico e neutro defendido pelas perspectivas ético-filosóficas e éticas que direcionaram a profissão em sua gênese e no processo de institucionalização do Serviço Social.

O acúmulo do processo de revisão da teoria e da “prática” profissional, associados à aproximação com os movimentos populares, participação na luta pela redemocratização, à incorporação da Teoria Social de Marx, ao desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social e à inserção da profissão no campo da produção do conhecimento, proporcionou os elementos necessários para a sedimentação de uma nova perspectiva ética.

O avanço ético e político do movimento de ruptura foi materializado no Código de Ética Profissional de 1986, reconhecido por sua natureza politizadora, evidenciada no compromisso com as demandas e interesses dos usuários do Serviço Social. As mudanças no Código de Ética ocorreram em um “[...] contexto de reorganização política dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da categoria profissional, propiciando a sua politização e seu amadurecimento teórico [...]” (Barroco; Terra, 2012, p. 48). Portanto, marcou o rompimento com o conservadorismo por meio da negação à neutralidade fundada nos pressupostos metafísicos e idealistas e, também, no papel tradicional historicamente atribuído ao profissional.

As conquistas ratificadas no Código de Ética de 1986 redimensionaram a dimensão política da profissão, demarcando o rompimento com o conservadorismo; porém as dimensões éticas e profissionais não ficaram suficientemente claras, fato que o submeteu a um processo de revisão. Com o objetivo de ampliar sua parte operacional e seus pressupostos teóricos, foi realizada a reformulação de 1993, em um contexto diferente daquele que, em 1980, favoreceu a construção do projeto de ruptura profissional.

A partir de contribuições marxianas e marxistas, o Código de 1993 consolida a centralidade do trabalho na constituição do ser humano, portanto, reconhecendo-o como sujeito das ações éticas e da criação dos valores. Sua concepção ética articula valores éticos-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia. O conjunto de Direitos Humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos), defendidos pelas forças sociais progressistas, passa a compor a base ética do novo Código de 1993. Assim, a categoria ratifica o compromisso com as classes trabalhadoras, segmentos sociais excluídos e movimentos emancipatórios.

O PEP, expresso no Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993, apresenta os fundamentos éticos-filosóficos e as bases político-ideológicas que orientam a direção social da profissão no Brasil. Ratifica elementos teórico-metodológicos para observação crítica da realidade social, a compreensão dos usuários do Serviço Social como sujeitos de direitos, o compromisso com a defesa dos direitos humanos e o posicionamento político em prol da classe trabalhadora.

O projeto profissional é a referência para os encaminhamentos práticos e o posicionamento político dos assistentes sociais no cotidiano de trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Indica a direção a ser seguida em face das instituições contratantes, dos usuários dos serviços sociais (públicos, privados e/ou filantrópicos), dos demais profissionais participantes do processo de trabalho, das forças sociais dominantes e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, a dimensão ética se faz cotidianamente, nas relações estabelecidas entre os indivíduos sociais, realizando-se por meio de atos morais singulares, mais ou menos conscientes

e livres. A objetivação ética pode ocorrer através de motivações e ações teleológicas orientadas à realização de direitos e conquistas coletivas. A ética pode, a depender da orientação, ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, subsidiando elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais a serem construídas. Conforme Barroco (2009, p. 168), embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social. A ética no Serviço Social tem como objetivação a emancipação humana, a universalidade e a liberdade como valor central e demandas inerentes a ela.

Já a dimensão política vem do posicionamento a partir dos valores, princípios e escolhas éticas do indivíduo ou de uma profissão. A dimensão política da profissão é um processo que se realiza a partir da compreensão das contradições que determinam seu surgimento e do desenvolvimento dos interesses antagônicos da sociedade capitalista que, organicamente, perpassam o trabalho profissional. E ainda, fundamenta-se na compreensão de que a categoria é parte constitutiva da classe trabalhadora, sujeita às transformações no mundo do trabalho e implicações éticas e políticas (conscientes ou não) do trabalho profissional e seu vínculo com projetos de sociedade. Trata-se do reconhecimento e posicionamento político em prol da classe trabalhadora e vinculação ao projeto de classe que visa a superação das relações de dominação capitalistas.

O PEP estrutura-se sobre onze princípios fundamentais, sendo eles:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminada(o), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade,

orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23-24).

Os onze fundamentais que estruturam a objetivação PEP são prescrições constituídas por valores éticos e políticos, bem como suas formas de viabilização. Compreende-se que, através dos princípios e valores éticos e políticos, a categoria de assistentes sociais, no cotidiano do trabalho e da formação profissional, contribui com a luta da classe trabalhadora e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O projeto profissional do Serviço Social alicerça-se em princípios cujas finalidades são democráticas e emancipadoras, orientando o trabalho profissional para a luta da classe trabalhadora e a ampliação dos direitos das classes subalternizadas.

Para Yamamoto (2017, p. 18), ao analisar a trajetória do Serviço Social brasileiro, afirma que a profissão:

Assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados. Ele representa o antídoto para enfrentar a alienação do trabalho indissociável do estatuto do assalariado.

A dimensão ético-política está alicerçada sobre os fundamentos éticos-políticos do projeto profissional e sua referência legal assenta-se em três pilares: a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662 de 1993), o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O Código de Ética de 1993 é organizado por um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições, que indicam a direção da ação finalística que deve nortear a formação e o exercício profissional. Constitui-se como um pilar ético orientado para defesa dos direitos humanos e direção política vinculada aos interesses da classe trabalhadora. O Código de 1993 estabelece um projeto profissional articulado à luta por uma sociedade mais justa e igualitária, sem exploração, dominação e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual.

Nessa direção, Barroco (2012, p. 53) esclarece que o:

O CE se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história.

Em termos teórico-práticos, indica uma direção ético-política, um horizonte profissional contrário aos valores político-ideológicos burgueses hegemônicos vigentes. Nesse sentido, tornou-se uma “[...] das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores [...]” (Barroco, 2005, p. 206). O Código de Ética 1993 contribuiu para a construção de uma nova identidade profissional, que possibilitou a ruptura com o conservadorismo e promoveu

a formação de um novo perfil profissional, agora comprometido com os interesses dos usuários do Serviço Social e posicionamento classicista em prol do projeto societário contra hegemônico.

Já a Lei de Regulamentação da Profissão trata-se da ação institucional do Estado que socialmente reconhece o Serviço Social e legitima a(o) assistente social como profissional que atua no enfrentamento das expressões da questão social. Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho coletivo e participando de processos de trabalho, a referida lei regulamenta o exercício profissional, as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais e do conjunto CFESS/ CRESS, enquanto órgãos fiscalizadores da profissão.

As competências profissionais definidas direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, constitucionalmente previstos, no atendimento das requisições dos sujeitos sociais de direitos. Já as atribuições privativas referem-se ao conjunto de atividades que tornam o exercício profissional singular, especificando as atividades e ações peculiares ao assistente social, que particularizam o Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e no conjunto das Ciências. Refere-se ao que é próprio do profissional da(o) assistente social, que tem habilidades e saberes específicos e que lhe garantem a execução das atividades privativas.

Todavia, para que os profissionais possam trabalhar na perspectiva de realização do PEP, é necessário estabelecer e garantir uma análise permanente da realidade, que se constitui no solo histórico que fundamenta a formação e o exercício profissional da(o) assistente social. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS organizam o projeto de formação profissional do Serviço Social em consonância com o PEP. Dessa forma, busca-se garantir a formação das(os) assistentes sociais a partir do movimento da realidade e do legado da Teoria Social de Marx. Sedimenta o processo de formação profissional com base na articulação e na indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, afirmando a unidade teoria e prática como práxis profissional. Além de propor a articulação dos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional no projeto de formação (Abramides, 2016, p. 471).

A dimensão ético-política do Serviço Social alicerça-se sobre as bases normativas da profissão, materializando-se nos espaços socioinstitucionais em que a(o) assistente social atua, seja no âmbito do exercício ou da formação profissional. Os documentos normativos do Serviço Social não só estabelecem parâmetros técnicos para o trabalho e a formação profissional, orientação e fiscalização das atividades profissionais, mas também apresentam a direção ética e política da profissão na sociedade. Constituem-se como mecanismos institucionalizados pela profissão que contribuíram para a formação de competência crítico-reflexiva, o fortalecimento do compromisso ético-político e o aperfeiçoamento de habilidades técnicas-operacionais, essenciais ao assistente social no exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

Dimensão teórico-metodológica: o horizonte teórico metodológico da profissão

As mudanças ocorridas na direção ético-política implicaram na revisão dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. Os princípios e valores que nortearam a construção do projeto profissional também fundamentaram a construção de um novo horizonte teórico-metodológico para o Serviço Social. O debate sobre a questão teórico-metodológica consistiu no esforço da categoria em consolidar uma perspectiva teórico-prática crítica capaz de apreender o movimento da realidade a partir da análise crítica das relações sociais no capitalismo.

Parte da concepção de teoria e prática do materialismo histórico-dialético, portanto, uma unidade dialética, indissociáveis na articulação entre teleologia e causalidade (Santos, 2013, p. 54), subsidiando as mediações entre conhecimentos teóricos sobre a realidade social e o fazer profissional. Nas palavras de Guerra (2003, p. 15), consiste na dimensão intelectual do Serviço Social, visto que permite-nos conhecer os princípios, fundamentos da ordem burguesa e as programáticas de ação utilizadas pelo grande capital, suas necessidades sociais no âmbito da produção e reprodução, as quais, por meio de um conjunto de mediações, convertem-se em requisição ao trabalho profissional.

Para Lewgoy (2010, p. 160-161):

A dimensão teórico-metodológica consubstancia-se na interlocução entre história, teoria e método, requerendo, para tanto, conhecimento que apreenda a realidade em seu movimento dialético, no qual e por meio do qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade. O saber-fazer, por sua raiz técnico-operativa, alicerça-se na investigação e na pesquisa rigorosa das condições e relações sociais particulares e no acompanhamento da dinâmica dos processos societários. Para interpretar a história necessita-se de uma teoria e de um método.

A dimensão teórico-metodológica do Serviço Social fundamenta-se na Teoria Social de Marx, que tem como base a análise crítica sobre a emergência e o desenvolvimento da sociedade burguesa, bem como das bases materiais de produção e reprodução do capitalismo, historicamente responsáveis pela produção das desigualdades sociais características do modo capitalista de organização e regulação das relações sociais. A profissão adota o método crítico-dialético como método de interpretação da realidade social, ou seja, da conjuntura social, política e econômica que determina as expressões da questão social e das estratégias utilizadas pelo capital para manter a ordem vigente. A perspectiva crítica-dialética permite a apreensão da sociedade e dos fenômenos particulares que constituem a história; desse modo, contribui para análise do contexto sócio-histórico no qual a profissão se encontra inserida e intervém.

Nessa direção, Yamamoto (2015, p. 62-63, grifos da autora) aponta que:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e

imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um *verniz* que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimento e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de seu processo formativo é parte do seu acervo e de seus meios de trabalho.

O trabalho profissional fundado na dimensão teórico-metodológica está condicionado à leitura e ao acompanhamento dos processos sociais nos espaços socioinstitucionais. Tais processos se configuram nas relações de poder firmadas no universo institucional, nas relações estabelecidas com os sujeitos sociais desses espaços, os usuários dos serviços sociais, demais profissionais que compõem a equipe de trabalho e, também, a instituição empregadora. Essa dimensão se estabelece como determinante na forma como a(o) assistente social se relaciona com o ser social e todas as suas instâncias.

Constitui-se numa forma de ler e interpretar a realidade a partir da perspectiva de totalidade (universalidade, particularidade e singularidade), historicidade e contradição, tanto no âmbito conjuntural quanto no estrutural da sociabilidade burguesa. Assim, “a dimensão teórico-metodológica é fundamental para atribuir transparência às dimensões coletivas presentes nas demandas trazidas por indivíduos sociais nos atendimentos” (Iamamoto, 2017, p.20), realizados pela(o) assistente social.

A dimensão teórico-metodológica implica na superação da dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social. Isso porque a separação entre a fundamentação teórica e a realidade social compromete a análise dos processos e fenômenos determinantes que perpassam o trabalho profissional. Limita a capacidade crítico-propositiva da(o) assistente social, na medida em que não compreende as questões conjunturais que determinam as requisições, demandas profissionais, relações e condições de trabalho da(o) assistente social. A compreensão da relação dialética entre teoria e prática possibilita construir mediações para interpretar as manifestações das expressões da questão social no cotidiano profissional e propor ações propositivas, superando ações acríticas e esvaziadas.

A teoria e prática são inseparáveis do processo de conhecimento, constituindo-se em unidade indissolúvel. A prática precisa ser entendida com base em categorias mais globais, colocando à prova os conceitos e as teorias que estabelecem veracidade ou falsidade. A teoria é o ponto de partida, mas não é determinante nem prevalece sobre a prática; ela se apropria do concreto para transformá-la em concreto pensado, efetivando a abstração (Lewgoy, 2010, p. 166).

Para a autora, a desvinculação entre a prática profissional e a realidade social provém do distanciamento entre as matrizes teóricas e metodológicas. Conforme Lewgoy (2010, p. 166), “[...] o – saber e fazer – caminham paralelamente [...]”. A teoria e a prática são processos complementares, não podem ser pensadas como polos interdependentes, sobretudo considerando a necessidade do saber sedimentar mediações para o fazer profissional. A teoria e a prática são unidades inseparáveis e, portanto, consolidam-se como unidades indissolúveis, uma unidade dialética.

A aproximação do Serviço Social com o marxismo conferiu uma nova dimensão ao debate sobre a articulação entre teoria e prática da profissão; isso porque, no materialismo histórico-dialético, não há separação entre teoria e prática. São unidades distintas na diversidade, porém contínuas e indissociáveis para a compreensão da realidade e construção do conhecimento crítico-propositivo.

A superação da dicotomia teoria e prática no Serviço Social exige a construção de mediações entre as matrizes teórico-metodológicas e o trabalho profissional. A construção dessas matrizes ocorre no processo de formação profissional. Contudo vale ressaltar que a fundamentação teórico-metodológico não se limita apenas ao período de graduação, mas compreende todo o processo de aprimoramento intelectual da(o) assistente social, desde especializações, mestrados, doutorados até participação em eventos e espaços de discussões teórico-práticas do trabalho profissional. Isso porque “[...] a dimensão teórico-metodológico não é dada, mas construída, e, como tal, precisa ser alimentada [...]” (Lewgoy, 2010, p. 163), sendo desenvolvida na graduação por meio de uma formação embasada nos núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional sobre teoria crítica e, ao longo do exercício profissional, deve ser realizada por meio do compromisso com o aprimoramento intelectual permanente, conforme expresso no projeto ético-político profissional.

A dimensão teórico-metodológica permite uma apreensão crítica da realidade social e fundamenta a reflexão crítica e propositiva sobre a realização do trabalho profissional. Proporciona compreensão acerca dos limites e possibilidades do trabalho da(o) assistente, haja vista que a intervenção profissional incide diretamente nas relações sociais. Os resultados do trabalho profissional têm impacto direto nas condições objetivas e subjetivas da população trabalhadora, portanto é imprescindível o conhecimento sobre as determinações históricas que circunscrevem as requisições do Serviço Social.

A dimensão teórico-metodológica permite:

[...] articular as competências profissionais, arquitetar pautas interventivas com base numa leitura da realidade quando da intervenção direta junto aos usuários no dia a dia, pois é a bagagem teórica que “[...] permite ultrapassar a perspectiva funcionalista de que cada ‘caso é um caso’, ou de que ‘na prática, a teoria é outra’, possibilitando compreender as inúmeras determinações que tais situações engendram [...]” (Simionatto, 2004, p. 40).

A dimensão teórico-metodológico no cotidiano requisita o agir consciente sobre a realidade concreta e contraditória, objetivando entender o significado social da ação profissional, bem como compreensão dos traços (objetivos e finalidades institucionais) determinantes da instituição em que a(o) assistente social trabalha. Exige conhecimento e distinção das dimensões universais e particulares da questão social que, conseqüentemente, constituem as demandas singulares dos sujeitos que chegam à(o) assistente social. Além da percepção do imediato, é preciso conhecimento para decifrar as expressões da questão social e poder intervir nelas. Essa dimensão requer competência teórica para apreender, na realidade, os limites e possibilidades para ação profissional diante dos desafios impostos pelas relações econômicas do capitalismo contemporâneo.

Para tanto, são necessárias competências e habilidades que possibilitem sistematizar o real que se apresenta, formas de avaliação, expressões específicas da questão social, a relação entre requisições institucionais e respostas técnico-políticas, a análise das políticas sociais relativas ao caso etc. (Lewgoy, 2010, p. 168).

Sinteticamente, a dimensão teórico-metodológica oferece aos profissionais embasamentos crítico-dialéticos para deciframos os processos conjunturais e estruturais responsáveis pela produção e agravamento do conjunto de desigualdades sociais, bem como os rebatimentos nos espaços de trabalho. Atua como conhecimento balizador que permite identificar as particularidades da instituição, relações estabelecidas entre os sujeitos sociais no espaço socioinstitucional e suas implicações no trabalho profissional. Caracteriza-se como a dimensão que analisa a realidade social na qual se pretende intervir, reconhece o usuário e suas demandas implícitas e explícitas, identifica os limites e desafios do trabalho crítico-propositivo frente aos interesses institucionais. Em termos objetivos, propicia os elementos teóricos e metodológicos para captar e interpretar a conjuntura que determina o trabalho profissional.

A dimensão teórico-metodológica contribui para a superação de ações focalistas e minimalistas sem fundamentação técnico-científica, pois o materialismo histórico-dialético é um método científico que permite a análise da realidade em sua totalidade. Essa dimensão é determinante para o afastamento do positivismo e funcionalismo típico da regulação das relações institucionais. Nesse contexto, apresenta os elementos teórico-metodológicos necessários para superar o teorismo e o praticismo tarefeiro, pois converge para o desenvolvimento do trabalho profissional a partir da interlocução entre teoria e prática.

E, embora situada no campo do conhecimento, articula-se, como unidades inseparáveis que são, com as dimensões ético-política e técnico-operativa. A dimensão teórico-metodológica requisita, no plano da materialidade e objetividade, compromisso e posicionamento ético-político em face da ofensiva do capitalismo sobre os direitos da classe trabalhadora, bem como demanda capacidade e habilidade técnico-operativa para mediatização do fazer profissional.

Dimensão técnico-operativa: competência técnico-operacional da(o) assistente social

As dimensões ético-política e teórico-metodológica são fundamentais para o trabalho da(o) assistente social, sobretudo quando se trata do direcionamento do campo técnico-operacional da profissão. Isso porque a dimensão técnico-operativa se constitui no modo de aparecer da profissão, pela qual ela é conhecida e reconhecida socialmente. É a razão de ser da profissão e, historicamente, remete às competências instrumentais pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada (Guerra, 2003).

É na dimensão técnico-operativa que se insere o conjunto de instrumentais, políticas e técnicas essenciais para realização (operacionalização) da intervenção profissional. Consubstancia-

-se pela instrumentalidade da profissão, pois permite a passagem das construções teóricas para a dimensão prática, por meio da racionalidade técnico-instrumental. Coloca-se como mediação para passagem da bagagem teórica à dimensão interventiva, na qual se realizam o trabalho e as finalidades da atividade profissional, previamente planejada.

A dimensão técnico-operativa realiza-se no âmbito interventivo da profissão, pois abrange as competências e habilidades operacionais. É nessa dimensão que se desenvolvem a instrumentalidade, os instrumentais e as técnicas que possibilitam a mediação entre os objetivos e as finalidades do trabalho da(o) assistente social, no espaço socioinstitucional, ratificando a natureza interventiva do Serviço Social.

É constituída pela instrumentalidade da profissão, isto é, composta pela dimensão técnica e instrumental do exercício profissional.

A instrumentalidade encaminha o pensamento à indagação do como fazer e do para que fazer, conectando meios às finalidades, entendendo-as impregnadas de valores e de implicações sociopolíticas. A instrumentalidade não trata apenas do conjunto de instrumentos necessários para o fazer, mas para o saber fazer; abrange o instrumental, que é, por excelência, uma instância de passagem expressa pelo eixo operacional das profissões, o qual abarca o campo de técnicas, dos conhecimentos e habilidades (Lewgoy, 2010, p. 169).

A instrumentalidade da profissão permite a passagem das construções teóricas para a dimensão prática e constrói as instâncias de passagem teóricas para o âmbito da intervenção profissional. Assim, a instrumentalidade do Serviço Social coloca-se não apenas “como dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, mas, sobretudo, como campo de mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam” (Guerra, 2011, p. 37-38). A racionalidade técnico-instrumental da profissão coloca-se como mediação da passagem da bagagem teórica para a dimensão interventiva, na qual se realiza o trabalho e as finalidades dessa atividade previamente planejada.

Além disso, consubstancia-se na realização da prática profissional e, portanto, requer domínio sobre as metodologias de ações e sobre os/as instrumentais técnicos e o desenvolvimento de habilidades técnico-operacionais. Todavia, embora materializada no campo operacional e técnico instrumental do Serviço Social, na instrumentalidade da profissão, é o conhecimento teórico-prático que norteará a intervenção profissional, determinando as finalidades dos instrumentais técnicos. Portanto, a instrumentalidade deve basear-se na racionalidade crítica, portanto, a finalidade da ação é a emancipação humana, no caso da(o) assistente social é os princípios e valores estabelecidos no PEP.

A requisição por instrumentais e técnicas interventivas compõe a trajetória histórica do Serviço Social. No decorrer da história da profissão, fez-se presente, tendo como finalidade atribuir qualidade à intervenção profissional e atender as demandas socioinstitucionais que justificam a necessidade social da profissão. Conforme afirma Lewgoy (2010, p. 169), historicamente, a instrumentalidade da profissão “consiste capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória

histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições socioinstitucionais e às finalidades da profissão”, abarca o campo das técnicas, dos conhecimentos e habilidades técnico-operacionais.

Eis a importância de se pensar criticamente os instrumentais técnicos da profissão, uma vez que a prática profissional não se efetivará sem o uso de instrumentais técnicos, adequados ao processo de trabalho em que o profissional é requisitado. O domínio do instrumental operativo exige do profissional o conhecimento das finalidades estabelecidas e das formas de alcançá-las no Serviço Social, pois essas finalidades e nem as formas de objetivação devem fundamentar-se na racionalidade instrumental funcional, comprometida com exploração e dominação de classe. Desse modo, é importante associar os instrumentos e as técnicas às estratégias de intervenção aos fins democráticos e emancipatórios previstos no PEP, isso porque, em função das contradições que determinam o trabalho profissional, os resultados do trabalho da(o) assistente social podem contribuir para o processo de emancipação humana ou de dominação.

Guerra (2011, p. 201, grifos da autora), salienta que:

A análise da instrumentalidade, enquanto categoria constitutiva do Serviço Social, a partir da qual a profissão é requisitada e reconhecida socialmente e pela qual se materializa, adquire existência concreta, remetida às leis causais-universais das sociedades capitalistas e às particularidades dos diferentes estágios e determinações do capitalismo monopolista brasileiro, dos projetos que se confrontam em momentos históricos determinados, no nível em que se encontram as forças internas à profissão, possibilita-nos uma compreensão mais aproximada do significado, conteúdo e direção da prática profissional do assistente social, compreensão está de caráter preliminar, relativo, porém inclusivo.

A apreensão da realidade e de suas determinações é um instrumento imprescindível para a formulação de estratégias e técnicas voltadas à realização do trabalho profissional. Só é possível criar instrumentos e técnicas interventivas, comprometidas como o PEP se a(o) profissional conhece o contexto em que se insere. O arcabouço técnico-instrumental tem que estar de acordo com a realidade que se apresenta ao profissional. Não se intervém em uma realidade que não se conhece, como também não se cria instrumentos de trabalho adequados às finalidades, se não se conhece a realidade em que se objetiva intervir.

A instrumentalidade apresenta-se no conhecimento crítico-propositivo, na leitura e interpretação da realidade e na apreensão das relações sociais materializadas no âmbito institucional. Para tanto, a(o) assistente social precisa contar com um conjunto de saberes que ultrapassam a realidade imediata e que lhe proporcionem a apreensão da dinâmica conjuntural e as correlações de forças que se manifestam e, também, as que permanecem ocultas, mas que são determinantes no seu trabalho e no acesso e atendimento das demandas da classe dependente do trabalho.

O conhecimento crítico-dialético possibilita a superação da realidade imediata, proporcionando apreensão da dinâmica societária e da correlação de forças que atravessam o espaço de trabalho da(o) assistente social. Nessa direção, Santos (2013, p. 83-87), ao tratar da relação teórico-prática e instrumentos técnicos-operativos no Serviço Social, esclarece que a teoria não oferece

os instrumentos e técnicas propriamente ditos, ela pode oferecer subsídios para que eles sejam escolhidos, criados e utilizados, em consonância com contexto em que a(o) profissional se insere.

Ainda nessa direção, a autora argumenta que, no Serviço Social, é preciso conhecer a realidade na perspectiva de totalidade (universalidade, particularidade e singularidade), para que se possa construir mediações teórico-práticas que permitam a criação de instrumentos e técnicas condizentes com a realidade na qual se objetiva intervir. Portanto, os instrumentos e técnicas devem estar de acordo com os princípios fundamentais da teoria que orienta (dimensão teórico-metodológica), bem como com as finalidades profissionais (dimensão ético-política). Dessa forma, os instrumentos e técnicas, na dimensão da operacionalização, possibilitam a aproximação das finalidades ideais (início da ação), transformando-as em finalidades reais (efetivação) (Santos, 2013, p. 87).

Ainda no que se refere à construção de estratégias técnico-operativas para o exercício profissional, Yamamoto (2015, p. 53) afirma que é um grande desafio da profissão e, torna-se necessário “preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho do profissional”, considerando que, “o aperfeiçoamento técnico-operativo se mostra como uma exigência para uma inserção qualificada da(o) assistente social no mercado de trabalho”. À(o) assistente social é requisitado socialmente por deter um conhecimento específico, porém é “o saber fazer”, a intervenção e os resultados do trabalho da(o) assistente social que atribuem legitimidade social à prática profissional.

Tais exigências mostram-se pertinentes, visto que:

As condições nas quais a intervenção profissional se processa são mais adversas possíveis: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas; exigências pelo desempenho de funções que muito se afastam do que o assistente social, ou qualquer outro profissional, se propõe a realizar; baixos salários; alto nível de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica; e ainda que o tratamento atribuído à questão social é fragmentado, casuístico, paliativo. Deste modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem apenas da postura teleológica individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção (Guerra, 2011, p. 28).

Sob tais condições, é necessária a análise crítica do trabalho da(o) assistente social na sociedade brasileira. As particularidades da formação sócio-histórica do Brasil incidem diretamente nas relações sociais e determinam as particularidades das expressões da questão social que são atendidas nos espaços socioinstitucionais da(o) profissional, além de circunscreverem as condições objetivas do trabalho da(o) assistente social. Nesse sentido, torna-se indispensável a consciência dos limites e possibilidades do trabalho profissional na instituição, conforme colocado anteriormente, não é possível planejar, conceber instrumentos e técnicas e/ou desenvolver ações sem conhecer a realidade em que se intervém.

Para Guerra (2011, p. 34):

A complexidade e diversidade alcançada pela intervenção profissional no sentido de atender às demandas e requisições originadas das classes sociais, colocam

a dimensão instrumental como dimensão mais desenvolvida da profissão e, portanto, capaz de indicar as condições e possibilidades da mesma. Tais demandas e requisições exigem do profissional a criação e recriação, tanto de categorias intelectivas que possam tornar compreensíveis as problemáticas que lhe são postas como de intervenção nos sistemas de mediação que lhe possibilitem a passagem das teorias às práticas.

O atual contexto histórico demanda um(a) profissional versada(o) no instrumental técnico-operativo e que seja capaz de desenvolver suas competências e atribuições nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ações diretas junto aos usuários do Serviço Social. Desse modo, são necessárias a identificação e a compreensão das manifestações do objeto de intervenção e dos sujeitos envolvidos na realização do trabalho da(o) assistente social, já que a dimensão técnico-operativa exige um conjunto de instrumentos, técnicas e estratégias de intervenção orientados por pressupostos teóricos direcionados à construção de instrumentais operativos embasados na compreensão da realidade social em que a(o) profissional irá intervir.

Dado o significado histórico e a importância da dimensão técnico-operativa para a realização do trabalho da(o) assistente social, a dimensão técnico-instrumental, obrigatoriamente, deve fundamentar seu desenvolvimento nos pressupostos teórico-metodológicos e éticos políticos da profissão, afastando-se de percepções tecnicistas e superficiais que fragilizam o saber fazer no Serviço Social. As competências e habilidades técnico-operativas articuladas aos referenciais teórico-metodológico e ético-político possibilitam a construção de respostas profissionais que superem a imediatividade das demandas apresentadas ao/a assistente social, nos diversos campos sócio-ocupacionais. O desenvolvimento do trabalho profissional realiza-se para além da função instrumental e funcional no âmbito institucional, alcançando finalidades propositivas e comprometidas com ações democráticas e emancipadoras.

Considerações finais

Ao longo dos seus 80 anos de Serviço Social no Brasil, a profissão aperfeiçoou-se no campo das *Ciências Sociais Aplicadas* e buscou consolidar os avanços no âmbito da formação e do trabalho profissional. Assim, a consolidação sobre bases teóricas-metodológica, ético-política e técnico-operativa expressa a maturidade científica da profissão.

As dimensões alicerçam-se nos diferentes níveis de apreensão da realidade da profissão, que devem ser entendidos como indissociáveis e articulados entre si, compondo uma unidade dialética. Dessa forma, a compreensão das dimensões do Serviço Social, enquanto elementos constituintes e constitutivos do trabalho da(o) assistente social, pressupõem a apreensão sobre os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos e políticos que embasam o exercício profissional no cotidiano de trabalho dos profissionais do Serviço Social.

Conforme Lewgoy (2010, p. 151), os

fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, têm como parâmetros os princípios ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões que, imbricadas, materializam a atividade profissional.

No entanto esse processo exige romper com atividades burocráticas e rotineiras, a fim de adotar uma postura profissional que demanda habilidades para propor e negociar projetos, bem como aprimorar propositivamente o trabalho profissional. Em outras palavras, é necessário compreender o movimento da realidade para identificar tendências e oportunidades que possam ser apropriadas e impulsionadas pelo/a assistente social (Lewgoy, 2010, p. 151).

Iamamoto (2015, p. 53) ressalta que é fundamental preservar a unidade dialética das dimensões no trabalho profissional, pois:

Cada elemento original contido naquelas afirmativas – teórico-metodológico, o ético-político e técnico-operativo, são fundamentais e complementares entre si. Porém, se aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militanteismo e o tecnicismo.

A dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social emerge da fragmentação das três dimensões. Fato esse que leva a(o) profissional a equívocos teóricos-metodológicos, a um militanteismo esvaziado da dimensão ética do Serviço Social e ao cumprimento tarefairo das atividades atribuídas nos espaços sócio-ocupacionais.

As dimensões do trabalho profissional constituem-se como elementos essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento do exercício profissional crítico-positivo, alinhado com os princípios e valores norteadores do Projeto Ético-Político. Essas dimensões são eixos fundantes que norteiam a formação e o trabalho da(o) assistente social. A relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com projeto profissional (dimensão ético-política) (Santos, 2013).

As dimensões teórico-práticas do Serviço Social mediatizam o trabalho profissional, conforme os princípios e valores expressos no PEP. Conscientemente articuladas, constituem-se no conhecimento crítico-dialético, compromisso ético-político e competência técnico-operacional, sendo, portanto, essenciais no exercício profissional do/a assistente social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, 2016. DOI: 10.1590/0101-6628.080. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.165-184.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Ética, história e projetos profissionais. In: CFESS (org.). **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 38-52.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gBbcBnHcQnzf7xWNTGBP8rw>. Acesso em: 2 ago. 2023.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 2, p. 20-21, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/1254/330>. Acesso em: 20 jul. 2023.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2021.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB (org.). **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social: capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 93-109.

SANTOS, C. M. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 23-41, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/1255/331>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas entre teoria, prática e instrumentos técnicos do Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2013.

SIMIONATTO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 31-42, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/archive>. Acesso em: 15 jun. 2023.